

O HUMANISMO NO COLÉGIO DE SÃO PAULO (SÉC. XVI) E A TRADIÇÃO HUMANÍSTICA EUROPEIA¹

MARGARIDA MIRANDA
Universidade de Coimbra

Resumo

Com base no estudo de diversas fontes para a história do Colégio de São Paulo de Braga (desde o primeiro projecto de D. Diogo de Sousa até à era jesuítica, passando pelo magistério de Nicolau Clenardo, João Vaseu e Marcial de Gouveia) a A. descreve uma constante da tradição humanística de Braga que não era senão reflexo das mais modernas tendências dos humanistas europeus. O que os humanistas do séc. XVI operaram, em Portugal e na Europa, foi a aliança entre cultura e religião ou a síntese do legado clássico com a herança do cristianismo. Assim, o actualmente apregoadado Humanismo a-religioso ou laicista, resulta numa oposição ao próprio património cultural e espiritual europeu, oposição perigosa na medida em que instala novas formas de intolerância.

Palavras-chave: Humanismo, Colégio de São Paulo, Braga, Arquidiocese, clássicos, colégios, educação, jesuítas, humanismo europeu, laicidade.

Abstract

Drawing upon the study of several sources that set out the history of the Colégio de São Paulo in Braga (from its inception under D. Diogo de Sousa to

¹ Este estudo foi inicialmente apresentado, a pedido da sua Comissão de Organização, no Colóquio *A Escola de Braga e a Formação Humanística – Tradição e Inovação* (Universidade Católica de Braga – Faculdade de Filosofia, 16-17 Outubro 2009), sob o título “A escola de Braga no séc. XVI: o Colégio de São Paulo e a formação humanística, desde D. Diogo de Sousa à fundação jesuítica”. Ao presente texto se acrescentavam então algumas reflexões, próprias dos objectivos daquele Colóquio. Desejo agradecer à Comissão de Organização, na pessoa do Doutor José Gama, o estimulante incentivo.

the Jesuit era, with Nicolas Cleynaerts, Johannes Vasaeus and Marcial de Gouveia in between), this article proposes that the constant humanistic tradition in Braga reflects contemporary tendencies of European humanists. In Portugal and in Europe, XVI century humanists blended culture and religion, bringing together classical legacy and Christianity. Thus, it would seem that modern laicistic humanism opposes Europe's cultural and spiritual legacy, creating new forms of intolerance.

Key-words: Humanism, Colégio de São Paulo, Braga, Classics, High Schools, Education, Jesuits, European humanism, laïcité.

(...) huma das cousas que ho muyto estrova [o proveito das almas] he a ignorância como diz o profeta: *captivus ductus est populus meus quia non habuit scientiam*. E principalmente a falta do saber empese aos presbiteros, curas e beneficiados, porque nam somente fazem prejuizo a sy mesmos, mas aos que lhe sam encomendados e que tem sob seu reguimento. Querendo eu a iso prover (...) ordeney e stytui que nenhum fose em minha deocese promovido a ordens sacras sem entender latym (...); diso se pode seguir muyto proveyto ao povo asy eclesyastico como secular. Querendo a iso inclinar qualquer pessoa e também comprir huma das obras de mysyrecordia de que ao presente tempo ha a mays nicisydade, que he insynar os que nam sabem e socorer aos priguos que da immorancia [sic] se seguem, e pera que (...) aja pessoas entendidas e tenham causa de se incitar as letras e sabedoria, ordeney em esta mynha cidade de fazer (...) hum estudo e colegiuo sob envocação do bemaventurado Sam Paulo, doutor das gentes...²

Não são numerosos os estudos sobre os princípios do ensino literário em Braga, nos alvares do Renascimento e do Humanismo em Portugal. Impõe-se, porém, pela sua amplitude e riqueza documental, o estudo de José Sebastião da Silva Dias, “Braga e a cultura portuguesa do Renascimento”, publicado na *Philosophica Conimbricensia* 1 (1972) e apresentado em conferência no salão nobre da Câmara Municipal de Braga, em 1966. Nele podemos encontrar importantes referências factuais e ainda um Apêndice documental, com testemunhos de diversas proveniências.

Uma das lições que transparece daquele estudo é o facto de a urbe primacial de Braga, metrópole do Norte, sofrer a sombra de Coimbra e de

² Provisão de D. Diogo de Sousa sobre o Colégio de São Paulo, de 1532. Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga (BPADB), *Livro das Confirmações de D. Diogo de Sousa*, fls. 381v, in Dias 1972: 48-49.

Évora quanto aos desvelos culturais do soberano, no mesmo momento em que D. João III procurava reformar os estudos em Portugal e trazer ao reino o Humanismo cristão, já exuberante na Europa.

Tê-lo-á pressentido D. Diogo de Sousa, um dos maiores prelados da Arquidiocese, que já mereceu o título de “novo fundador da cidade de Braga” e “mecenas da cultura”, no estudo do Prof. Avelino de Jesus da Costa (1993), ou de “mecenas do humanismo”, nas palavras do Prof. Amadeu Torres (1998). Com efeito, as providências de D. Diogo de Sousa pelo ensino escolar em Braga mostram quão profundamente o Arcebispo vivia o espírito da Restauração Católica e conhecia o alcance das novas relações entre a religião e a cultura, por forma a reconhecer a necessidade de uma nova instituição escolar na arquidiocese.

1. D. Diogo de Sousa e os estudos públicos em Braga

As primeiras diligências de D. Diogo de Sousa pela criação de estudos gerais em Braga são de 1509³, mas, por razões que os documentos não revelam, aquele primeiro projecto ficou sem efeito, pese embora a boa vontade manifestada por Dom Manuel. Os estatutos do Cabido da Sé Primacial de Braga, de 1516, logo vieram reiterar a preocupação do prelado: impunham ao mestre-escola o dever de sustentar, por sua conta, *hum boo mestre de gramática, porque he sciencia mais necessária...*⁴ Mas as ambições do Arcebispo eram ainda mais elevadas, mesmo que as circunstâncias históricas e a política cultural do reino lhe não fossem favoráveis. De facto, o Estudo Geral de Lisboa não podia encarar de bom grado as ambições culturais da metrópole do Norte. Assim, quando D. João III pediu ao prelado que participasse nas despesas do envio de bolseiros para a Universidade de Paris, D. Diogo de Sousa manifestou, sem qualquer assombro, as suas convicções, contrárias à do Rei:

³ Carta de D. Manuel a D. Diogo de Sousa, de 3 de Maio de 1509, em que o rei aprova a fundação do Colégio, pedido pelo Arcebispo, e lhe promete manter nele nove colegiais (Cf. Costa 1993: 59-60.) Na carta que escreveu, anos mais tarde (5 de Janeiro de 1531), ao seu amigo António Lopes, comunicando-lhe o seu plano de fundar estudos públicos em Braga e pedindo-lhe que lhe enviasse mestres idóneos do estrangeiro, D. Diogo afirma ter começado aquele projecto havia mais de 20 anos. Cf. Dias 1972: 45.

⁴ Ibidem, p. 44.

(...) nam cureis de mamdar a Paris sesemta escolares a apremder Theologia, mas mamday vir de lá sesemta lemtes (a modo de falar, porque até dez abastarám pera tudo) e emtam fazei um colegio muy comprido e muy grande e de pouquas pinturas e lavores omde se leya Theologia e todalas artes e ciemcias que pera ela sam necessárias. E faça se em loguar conveniente pera isso, o qual me a mim parece que será esta cidade de Bragaa ou o Porto pela calidade, ares e temprança da terra⁵.

Em 1527, quando o Monarca enviava a Paris os primeiros bolsseiros, os planos de D. Diogo de Sousa eram, pelo contrário, criar no Norte um Colégio *d'Artes e Theologia*,⁶ ou seja, um colégio semelhante àquele que o rei haveria de criar efectivamente, vinte anos depois, em 1547, não em Braga, nem no Porto, mas em Coimbra, para onde fora transferido também o Estudo Geral de Lisboa.

Aquele plano, longamente amadurecido, veio a concretizar-se finalmente em 1531 – mantendo assim a prioridade em relação ao célebre Colégio das Artes de Coimbra, que só começaria a funcionar em 1548. Efectivamente, cerca de 15 anos antes da criação do Real Colégio das Artes de Coimbra – uma referência entre as estratégias com as quais D. João III pretendia renovar os estudos no reino – nascia em Braga um *Colégio d'Artes*, ou *Colégio de São Paulo*, os primeiros estudos públicos da cidade, destinados a ensinar gratuitamente, para maior *proveito das almas* e para mais *incitar as letras e sabedoria*, nas palavras do seu fundador.

A primeira instituição ficou, porém, aquém das ambições do prelado: embora D. Diogo de Sousa mandasse buscar seis professores (dois para ensinar a *ler e escrever*, dois para *Gramática* e outros dois para *Lógica e Artes*), o colégio começou a funcionar apenas com dois professores de ler e escrever, um professor e um ajudante para Gramática, e um para Lógica. O fundador morria no ano seguinte, sem tempo para acompanhar o desenvolvimento normal dos cursos de modo a estender o *curriculum* até às Artes e Teologia. Mas uma verdade ficava assim professada: os vínculos indissolúveis entre a religião e a cultura. Por esse motivo, o Colégio recebera por orago *São Paulo, doutor das gentes*; por esse motivo também os clérigos

⁵ Carta de D. Diogo de Sousa a D. João III, de 21 de Setembro de 1527. Costa 1993: 76.

⁶ Carta de D. Diogo de Sousa para António Lopez, de 5 de Janeiro de 1531: *Desejey muyto de fazer hum colégio aquy d Artes e Theologia e pus mão na obra com consentimento e prazer delrey que Deus haja...*, in Dias 1972: 45.

da Arquidiocese eram proibidos de receber *ordens sacras sem entenderem latim*, como determinava a mesma Provisão de 1532 sobre os Estudos Públicos. ... *Diso se pode seguir muyto proveito ao povo asy eclesyastico como secular*, acrescentava o documento⁷.

D. Diogo de Sousa fizera estudos em Salamanca e em Paris, passara alguns anos em Roma, conhecera a Renascença italiana e os movimentos da Restauração Católica na Europa, e vivera num ambiente intelectual onde o florescimento das letras humanas acompanhava naturalmente o estudo das letras divinas⁸. Com efeito, as maiores preocupações que D. Diogo manifesta ao longo da sua correspondência revelam dois tópicos fundamentais da doutrina restauracionista: a ilustração do clero e a reforma das congregações religiosas, duas inquietações religiosas que ele alimentara em Roma, antes mesmo de elas receberem expressão pública oficial, no V Concílio de Latrão (1513-1517): *as primeyras duas cousas que asentey em minh allma, em chegando a este arcebispado, foram reformaçam dos mosteiros delle e fazer aquy hum colégio...* escrevia o prelado, pouco antes de morrer⁹.

A obra precoce de D. Diogo como mecenas do humanismo, nomeadamente as medidas adoptadas no campo do ensino, antes mesmo do Colégio das Artes de Coimbra, são, portanto, fruto do seu zelo pastoral e da sua superior formação no seio do Humanismo cristão, pujante na Europa. Era esse humanismo cristão que D. Diogo queria promover na sua Arquidiocese. Se mais longe não foi o primitivo Colégio de São Paulo, tal facto deveu-se, por um lado à morte súbita do seu fundador, mas também aos planos escolares da corte, mais voltados para Coimbra, e naturalmente susceptíveis de serem perturbados pelas ambições bracarenses. Mas, quer em Braga, quer em Coimbra, em plena fase de esplendor do Humanismo cristão, o horizonte em vista era o da aliança (não o do divórcio) entre o saber sagrado e o saber profano.

⁷ Vd. supra n.1.

⁸ Dias 1972: 10-13 e Torres 2006: 35-44 citam abundantes testemunhos do prestígio intelectual de que gozava o eclesiástico. Sobre as relações de Cataldo e D. Diogo, vd. Ramalho 1997: 83-116.

⁹ Carta de D. Diogo de Sousa para D. João III, de 31 de Dezembro de 1532 [sic], in Dias 1972: 51.

2. D. Henrique e a nova escola de latinidade: o magistério de Nicolau Clenardo e João Vaseu

Quando, em 1537, D. Henrique tomou conta da mitra de Braga, ao fim de alguns anos de vazio escolar sem alunos nem professores, os planos do fundador encontraram enfim novo executor. D. Henrique não só ampliou os edifícios como aumentou as receitas do colégio, para nele manter o ensino da Retórica, Filosofia, Sagrados Cânones e Teologia *ad gratis in omnibus dictis scientiis docendum et profitendum* [para proveito e ensino gratuito de todas as ditas ciências]¹⁰.

A obra fundacional de D. Henrique não se desdoura, se reconhecermos nela o mesmo ideário do seu antecessor: não as simples motivações culturais de qualquer mecenas e humanista da Renascença, mas o atender à ignorância do clero e do povo. Por esse motivo, o ensino destinar-se-ia simultaneamente a clérigos e a leigos.

Desta vez, a Provisão de 3 de Agosto de 1539 reporta-se explicitamente aos decretos do Concílio de Latrão, os quais exortavam à *instrução*, principalmente em *letras*, em todas as ordens e ministérios eclesiásticos, e declaravam o esplendor que os mais doutos ofereciam à Igreja¹¹.

O que mais se salienta na fundação henriquina é, a meu ver, maior factor de progresso é a criação de um ciclo de estudos de Humanidades. Com efeito, segundo as Provisões de D. Henrique de 1539, o plano de estudos (a desenvolver gradualmente) devia abranger não só a Gramática, mas agora também a Poética e a Retórica, no ciclo das Humanidades; a Lógica e a Filosofia, no ciclo das Artes, além da Teologia e Cânones, no

¹⁰ Provisão do Infante D. Henrique, de 3 de Agosto de 1539, in Dias 1972: 52-53.

¹¹ *Sane cum iuxta generale concilium, nihil sit quod magis animarum regimini officiat, quam quod indigni assumantur ad illud, et sit propterea in cunctis ordinibus, et ecclesiasticis ministeriis inter alia praecipue litterarum scientia inquirenda. Et cum Celestini papae decreta nulli sacerdoti liceat Canones ignorare, nec quicquam facere, quod patrum possit regulis obviare. Et Hylari papae inscii litterarum ad sacros ordines aspirare non audeant cumque nos in diocese et prouincia nostris quosdam reperimus diuinis officiis mancipatos, ita nescientiae secordia plenos, ita litterarum et disciplinae ignaros, ut nec in illis probarentur instructi competenter ordinibus, qui quotidianos versantur in usus. Ibidem: 52. Na Provisão de 13 de Agosto de 1539, p. 58 do Apêndice documental, lê-se ainda: ... hi cum docti fuerint fulgentes in Dei ecclesia eorum velut splendor firmamenti (...os doutos brilham na Igreja de Deus como o esplendor do firmamento).*

final dos estudos¹². Do ponto de vista epistemológico, a inovação não era inócua. Ela significava que, para o estudo perfeito da Teologia ou dos Cânones, já não bastava dotar os estudantes de algumas noções básicas do latim escolástico e eclesiástico. Era necessário introduzir os estudantes em toda a latinidade clássica, nos textos originais de poetas e prosadores, historiógrafos, geógrafos e epistológrafos; conhecer os autores Antigos e aprender a exprimir-se como eles, com perícia e elegância.

Confirma-o o cuidado do Arcebispo em atrair à escola primacial mestres como Nicolau Clenardo, seu mestre pessoal na Corte, humanista flamengo, chamado da Universidade de Salamanca, a quem o próprio D. João III oferecera uma cátedra em Coimbra; e João Vaseu, flamengo como o primeiro e proveniente também de Salamanca, a convite do próprio Clenardo. Nicolau Clenardo permaneceu em Braga, desde Agosto de 1537 até Novembro de 1538, à frente da nova escola de Latinidade, à qual chamava *Ludus*. Sucedeu-lhe nesse ano João Vaseu, amigo pessoal do primeiro e, como ele, professor de Latim e Grego em Salamanca, o qual permaneceu naquela escola até o Arcebispo deixar a Mitra de Braga para receber a de Évora¹³.

Quer o magistério dos lentes flamengos chamados por D. Henrique, quer os manuais então adoptados no Colégio – as *Institutiones Grammaticae Latinae*, que Nicolau Clenardo publicou em Braga, em 1538, fruto das suas próprias lições, e a *Colectanea Rhetorices* que João Vaseu publicou, na mesma data, em Salamanca – mostram uma hierarquia de saberes em que as humanidades já não eram mero saber instrumental. O convívio directo com os clássicos tornara-se parte indispensável na formação humana¹⁴. Também no plano pedagógico Clenardo procurava distanciar-se dos *carnifices grammatici* do seu tempo (assim designava ele os gramáticos), e desejava

¹² Provisão de 3 Agosto de 1539 e Provisão de 13 de Agosto de 1539, in Dias 1972: 52 e 57 respectivamente.

¹³ Em 1541, João Vaseu muda-se também para Évora, de onde regressa a Salamanca, em 1550.

¹⁴ O prestígio que aqueles mestres emprestaram ao estudo público de Braga foi a razão pela qual, em 1541, na prelatura de D. Diogo da Silva, a Coroa interveio e forçou mais uma vez Braga a abandonar as pretensões universitárias, em nome da Universidade de Coimbra. Vd. Dias 1972: 28 e 1969: 455. Pelo mesmo motivo, acrescenta Silva Dias, quando, mais tarde, D. Henrique pretendeu realizar em Évora os seus projectos académicos, a sua opção chocou com o veto do monarca e D. Henrique teve que esperar pela sua morte para converter em realidade o seu projecto universitário.

que o seu ensino fosse agradável e prático e que respeitasse as necessidades de clareza e brevidade, como largamente demonstram as suas cartas¹⁵.

3. D. Diogo da Silva, D. Manuel de Sousa e o magistério de Marcial de Gouveia

Segundo as disposições de D. Henrique, se a direcção do Colégio cabia essencialmente ao reitor, ao Arcebispo era reservado o direito de chamar os lentes, como frequentemente aconteceu. Por isso, após a partida de João Vaseu para Évora, o Arcebispo seguinte, D. Diogo da Silva (1540-1542), quis dar continuidade ao lustre deixado pelos humanistas flamengos, e contratou outro humanista de prestígio, Marcial de Gouveia.

O humanista português formara-se em Latinidade e Artes em Paris, e fizera também estudos de direito civil e canónico em Poitiers, onde ensinara Humanidades. A sua carreira fizera-o cruzar-se com Erasmo e Melanchton. Era esse o retrato do mestre que a escola primacial de Braga convidava para reger Gramática, Poesia e Retórica. E com essa função permaneceu ele cerca de quatro anos, leccionando umas 4 a 5 horas diárias, devido ao número elevado de alunos (mais de 200, de Entre Douro e Minho, de Bragança e até da Galiza), até que o Arcebispo, D. Manuel de Sousa (1545-1550), não só lhe não concede os esperados ajudantes para o auxiliarem nas lições, como lhe reduz o vencimento¹⁶. E o mestre deixa, enfim, a cidade, para integrar, algum tempo depois, o corpo docente do Colégio das Artes, de Coimbra.

4. D. Baltasar Limpo e o zelo pela *doctrina* e letras

Se a fundação de D. Diogo de Sousa e de D. Henrique possuía já instalações próprias e existência jurídica estável, faltava-lhe porém o património necessário para se poder sustentar, independentemente da magnanimidade de cada Arcebispo. Sujeito o colégio de São Paulo à boa vontade individual de cada prelado, ora mais favorável aos decretos de

¹⁵ Cerejeira 1949: *passim*, principalmente 242-248. O mesmo demonstra também o pequeno tratado, sobre o modo de ensinar e praticar a língua latina, que Vaseu após à Gramática latina de Clenardo, na sua segunda (Coimbra, 1546) e terceira edição (Salamanca, 1551).

¹⁶ Carta de Marcial de Gouveia para D. João III, de 4 de Setembro de 1542, in Dias 1972: 62-63.

Latrão, ora mais apegado aos seus haveres, Coimbra e a política da Corte pareciam sobrepor-se definitivamente às aspirações universitárias da igreja primaz das Espanhas.

Não desistiu, no entanto, o prelado seguinte, D. Baltasar Limpo (Arcebispo entre 1550-1558) e, em 1553, resolveu reforçar a dotação patrimonial do Colégio, certo, como os seus predecessores, dos *inconvenientes da ignorância, do detrimento na doutrina e ensino do povo* (por falta de quem o ensinasse) e da prioridade que reconhecia em *acodir e prover ao que mais importa que é doutrina e letras*¹⁷. Tal como nos documentos fundacionais anteriores, o zelo pela *doctrina e letras* que movia o novo Arcebispo reportava-se à autoridade canónica: os estudos são *obra necessária e obligatorea (...) de serviço de Nosso Senhor e com que se augmenta o culto divino*, escreve, (...) *encomendada e encargada aos perlados, por direito, concílios e os sagrados cânones*¹⁸. Por isso, para garantir a sobrevivência de escolas públicas em Braga, D. Baltasar Limpo resolveu unir ao Colégio de São Paulo um benefício da sua mesa episcopal, no que obteve o consenso de todo o Cabido. Conhecedor da precariedade daquela instituição (no passado como no futuro), D. Baltasar Limpo exortava ainda os prelados, seus sucessores, a conservarem e aumentarem aquele colégio para que cada vez crescesse mais *em letras, sciencias, e vertudes*¹⁹.

Mais uma vez, porém, as ambições de Braga sucumbiram à política do rei, o qual “*no gustó dello por parecer que diminuía en su Universidad de Coimbra*”²⁰. E a dotação patrimonial ficou sem execução.

¹⁷ *E quisemos escusar a dita renda e camara pera com ela acodir e prover ao que mais importa que he doutrina e letras*. Carta de Instituição e Dotação do Colégio de São Paulo por D. Baltasar Limpo, de 30 de Setembro de 1553, in Dias 1972: 69.

¹⁸ *Ibidem*, p. 66.

¹⁹ *E pedimos por mercê aos perlados nossos sucessores (...) façam cumprir e guardar esta instetuiçam muyto inteiramente (...) e [a] conservem e augmentem, pera que cada vez creça mais em letras, sciencias, e vertudes, porque com iso Nosso Senhor he servido e o culto divino acrecentado e seu povo doutrinado pera conseguir a gloria*. *Ibidem*, p. 69.

²⁰ Informação da Dotação e Escrituras do Colégio de Braga pelo P. Inácio de Azevedo, [Braga, Maio de 1561] in Leite S. J. (ed.) 1968b: 289-292. Na verdade, se a intenção de D. Baltasar Limpo era reforçar a autonomia patrimonial do Colégio, como consta das respectivas Provisões, razões houve que impediram a execução dessas medidas, como testemunha outro documento atribuído a Inácio de Azevedo: Informação [do P. Inácio de Azevedo] sobre a fundação do Colégio de Braga, Braga, [por Abril de 1561] in Leite S. J. (ed.) 1968: 267-277: *aunque el predecesor [D. Baltasar Limpo] lo hizo [a dotação patrimonial do Colégio], todavía después, porque parece qu'el Rei no se holgó dello por*

Com ou sem reforço patrimonial, no quadro docente de D. Baltasar Limpo, a retribuição a dar aos professores de Latinidade sofria efectivamente uma drástica redução (tendo em conta as altíssimas cifras outrora atribuídas a João Vaseu, 100\$000 reis, ou a Marcial de Gouveia, 70\$000 reis)²¹, enquanto os lentes de Artes, Teologia e Cânones continuavam a ser distinguidos por receberem um pouco mais (como acontecia, aliás, na Universidade).

Assim, após a criação, em Coimbra, do Real Colégio das Artes, as Humanidades, outrora privilegiadas em Braga, abandonavam a pretensão ao estatuto de estudos superiores, que haviam alcançado desde o tempo de D. Henrique, e passavam a um plano mais modesto, de saber auxiliar das Artes e da Teologia. O ensino da Poética e da Retórica, a que estavam obrigados tanto Vaseu como Gouveia, de acordo com as mais inovadoras tendências da época, extinguiu-se, e dava lugar apenas a dois mestres de Gramática. Com efeito, em 1553, o plano de estudos previa dois lentes de Teologia e dois de Cânones, dois de Artes (Lógica e Filosofia) e dois da tradicional Gramática, num quadro de evidente austeridade.

Uma outra razão poderá ter estado na origem deste recuo. Não podemos esquecer que, cerca de dois anos antes, os humanistas por excelência do Colégio das Artes de Coimbra tinham sido conotados com a heresia e perseguidos pelo Tribunal da Inquisição. As intenções humanísticas do Colégio de São Paulo de Braga não ficariam indiferentes ao ambiente de acusação e suspeição então instalado em torno dos que melhor representavam as correntes humanísticas. Eram pois de diversa natureza as circunstâncias que impunham ao Colégio de São Paulo a supressão da Poética e da Retórica e a redução da escola de latinidade a dois simples mestres de Gramática.

Nos princípios fundacionais de D. Baltasar Limpo, uma premissa apenas se mantinha: a aliança entre a formação religiosa dos alunos e a formação intelectual, sustentada pelo clima da Reforma católica.

parecer que impedía algo a los studios de Coinbra aver otras schuelas publicas, dexó el Arçobispo pasado de llevar la cosa adelante y la dexó solamente con la unión hecha, sin tomarse posesión de nada.

²¹ Pela mesma época, só nas Universidades alguns ordenados dos lentes das cátedras maiores atingiam a soma dos 60 a 100\$000. O lente de Retórica em Coimbra, por sua vez, João Fernandez de Sevilha, ganhava 90\$000 e o de Poesia, Inácio de Morais, 80\$000. Cf. Dias 1972: 33 e 34.

5. D. Frei Bartolomeu dos Mártires e a fundação jesuítica ou a consolidação dos estudos de Humanidades

5.1 D. Frei Bartolomeu dos Mártires e o P. Inácio de Azevedo

A entrega do Colégio de Braga à Companhia de Jesus, por Frei Bartolomeu dos Mártires, em 1560, não foi, como se sabe, decisão isenta de controvérsia. Em todo o caso, ela já parecia inegociável desde a morte de D. Baltasar Limpo (1558), data em que o Cardeal Infante, novo arcebispo de Évora, conhecedor da situação de Braga, chamara o P. Inácio de Azevedo para o avisar da sua intenção de criar, no Arcebispado de Braga, um colégio da Companhia²². Foi Frei Bartolomeu dos Mártires quem recebeu essa incumbência da parte do Cardeal D. Henrique, então adjunto ao Governo do Reino. Antes mesmo de tomar posse da Mitra de Braga, o Prelado apresentou a sua solicitação ao Geral da Companhia, em Abril de 1559²³, e em 30 de Agosto de 1560, as negociações estavam concluídas, com as pessoas de S. Francisco de Borja e do P. Inácio de Azevedo. As escolas tiveram início em Outubro daquele ano.

Merecedores da maior ou menor simpatia do Cabido, a verdade é que os Padres Jesuítas inauguraram uma época de forte consolidação dos estudos em Braga e o aumento da população escolar em breve exigiu a ampliação dos edifícios e do templo. Em 1561, eram 200 os estudantes, mas em 1564 já eram avaliados em 300, 600 em 1571 (sem contar com 400 de ler e escrever) e no ano de 1585 eram 1000, chegando a 1200 em 1591.²⁴

Doravante, os Padres recebiam o encargo de manterem no Colégio uma classe de ler e escrever, três classes de Humanidades (*maiores, medianos e menores*), uma de Artes, outra de Casos de Consciência (ou Teologia Moral) e, se as circunstâncias o permitissem, outra ainda de Teologia (pela grande falta de pregadores que havia no Arcebispado, acrescentava o fundador)²⁵.

²² Informação [do P. Inácio de Azevedo] sobre a fundação do Colégio de Braga, Braga, [por Abril de 1561] in Leite S. J. (ed.) 1968b: 267-277.

²³ *Lain. Mon.* 4: 279-280.

²⁴ F. Rodrigues 1938b: 15. Ferreira 1932: 19 cita testemunhos segundos os quais, no Colégio de São Paulo, chegou a haver 3000 alunos.

²⁵ Escritura Particular da Fundação do Colégio S. Paulo de Braga assinada por Frei Bartolomeu dos Mártires e pelo P. Inácio de Azevedo, Braga, 29 de Agosto de 1560, e ainda Escritura Pública da Fundação e Dotação do Colégio de S. Paulo de Braga entre D. Frei Bartolomeu dos Mártires e o P. Inácio de Azevedo, Braga, 30 de Agosto de 1560, ambas publicadas em Leite S. J. (ed.) 1968b: 242-246 e 247-250. Este curso de Teologia,

Que aconteceu então ao ensino das Humanidades, na escola de Braga?

Segundo Silva Dias, o “silêncio dos documentos sobre o ensino superior das Humanidades – com o estudo da cultura greco-romana através dos grandes mestres do Lácio” – assim como “o silêncio sobre a docência da Poética e da Retórica” sugerem que “não eram objecto senão de uma atenção passageira e sumária na classe final de latinidade”, e que só no ocaso do séc. XVI a situação mudou, passando a figurar no quadro do pessoal docente dois professores de Gramática, um de Humanidades e um de Retórica (Dias 1972: 40-41).

5.2 *Os primeiros anos da actividade escolar jesuítica*

A fase jesuítica do Colégio de São Paulo é porém muito mais rica em documentação, e permite ir mais longe no inquérito das fontes e na descrição do ensino humanístico então praticado.

O primeiro documento examinado foi redigido um dia antes do início das aulas, em Outubro de 1560, e contém os requisitos dos mestres adequados para o colégio, os quais não devem ser ignorados na hora de apreciar os respectivos programas. A carta do P. Inácio de Azevedo ao P. Miguel de Torres, assinada em Braga, a 28 de Outubro de 1560 (Leite S. J. (ed.) 1968b: 255-259) refere efectivamente as três classes de latinidade, que recebem a designação de *a mais baixa*, *a segunda* e *a primeira* (ou seja, a mais elevada, segundo as designações comuns a todos os colégios, em sentido ascendente). Para esta, escreve o novo reitor do Colégio, serviria Francisco de Varea *se tivera um pouco de grego e fazer versos*. Para a segunda, um moço *que tivesse acção pera fazer huma boa oração e alguns epigramas*²⁶.

não imposto mas recomendado pelo Prelado, suscitou, mais uma vez os receios das outras Universidades, nomeadamente a Universidade de Évora, inaugurada no ano anterior, receios expressos não apenas pelos superiores Jesuítas mas também pelo próprio Cardeal Henrique, que protegia a nascente Universidade. Cf. Carta do P. Juan de Polanco por Comissão do P. Diogo Lainez ao P. Inácio de Azevedo, de Roma, 4 de Dezembro de 1560, *Ibidem*, 264-267. Uma carta do Provincial Diogo Mirão a Lainez, de 5 de Agosto de 1560, citada por Dias 1972: 39, n.2, alega ainda a desadequação do curso, num colégio que nem tinha *estudiantes de latinidad para las artes, ni de artes para a teologia* (o Provincial escrevia dois meses antes do início das aulas). Com efeito, o curso de Teologia acabou por se extinguir, dando lugar a outro curso de Casos de Consciência, que os Padres consideravam mais necessário.

²⁶ Carta do P. Inácio de Azevedo ao P. Miguel de Torres, Braga, 28 de Outubro de 1560 in Leite S. J. (ed.) 1968b: 255-259.

O exame aos documentos publicados por Leite S.J. (ed.) 1968b permite ainda colher outras informações. O Catálogo do Colégio de S. Paulo de 1564, por exemplo (Leite S. J. 8ed.) 1968b: 366), informa que, na primeira classe, Luís da Cruz, o célebre dramaturgo, ensinava *Ars Graeca*.

Diante destes dados, portanto, a posição de Silva Dias (Dias 1972: 40-41) pode merecer alguma moderação. Embora não houvesse ainda lugar para as classes superiores de Humanidades e de Retórica que sucediam aos três anos de latinidade (classes que não faltavam nos colégios de Coimbra, Lisboa e Évora, tal como em outras instituições de ensino jesuíticas, onde o ciclo de Humanidades tinha cerca de cinco anos), o programa de estudos do Colégio de São Paulo contemplava efectivamente o grego, a poesia e a oratória. A razão para a ausência das classes superiores era óbvia, e podemos, aliás, identificá-la com um princípio imprescindível na pedagogia jesuítica: a ordem nas matérias, um princípio que transparece das palavras do primeiro documento: *Os moços aqui sabem muyto pouco e por todo este anno, nem ainda o que vem, se poderão tirar ouvintes përa curso*. Referia-se o autor da carta ao Curso de Artes (Filosofia), que ninguém podia frequentar sem bons conhecimentos de latinidade. Se fora possível abrir, desde o início, um curso de Artes, isso devera-se à muita instância do Arcebispo, pois o curso abrira com um número reduzido de alunos (28 ou 30), *por aver poco que avia aquy studios*²⁷. O princípio da ordem nas matérias, ou seja, da disposição dos saberes por graus de precedência, da ordenação das matérias por graus de dificuldade, forçava o colégio a impor aos discípulos três anos de latinidade, pelo menos, antes de avançarem para os estudos de Artes, mas não lhes podia exigir – aliás, por obrigação estatutária – os habituais cinco anos que nos restantes colégios eram consagrados à Gramática, Humanidades e Retórica, antes do ingresso nas Artes e Teologia²⁸. Aparentemente não havia menor zelo humanístico no programa escolar do Colégio, como acontecera depois que D. Henrique deixara a mitra, mas sim o dever de corresponder mais integralmente às

²⁷ Carta do Irmão Cristóvão de Castro, por Comissão do P. Inácio de Azevedo, ao P. Diogo Lainez, de Braga, 1 de Janeiro de 1562, in Leite S. J. (ed.) 1968b: 304-309.

²⁸ Em carta ao P. Francisco Henriques (procurador ou ecónomo da Província), de 7 de Novembro de 1560 (in Leite S. J. (ed.) 1968b: 260-264) o reitor mantém a mesma reserva em relação à abertura do curso de Artes: *A lição de Artes creo que não se poderaa leer daqui a dous annos, porque são muy fracos os estudantes*. A preocupação pela observação de uma certa ordem transparece, aliás, da carta citada na n. 24, onde o P. Diogo Mirão alegava a falta de *estudiantes de latinidad para las artes, ni de artes para a teologia*.

exigências pastorais de Frei Bartolomeu dos Mártires, sem prescindir dos três anos de Humanidades.

Nem do ponto de vista da prática pedagógica andavam os padres longe do uso vivo da língua latina que Nicolau Clenardo tão entusiasticamente recomendara. *Em casa*, escrevia uma testemunha, *falla se latin comumente, té no repouso*. O que os superiores não podiam aprovar era o latim *bárbaro* a que os jovens mestres muitas vezes recorriam, como referem as cartas da época²⁹.

As restantes actividades pedagógicas não eram diferentes das dos colégios jesuíticos seus pares: prática constante de exercícios, composição de orações e epigramas, e sobretudo a participação dos alunos em actos públicos solenes para promover o exercício da palavra em público – com a exibição de poemas, a atribuição de prémios e a realização de orações e pequenas representações dramáticas – são tema recorrente nas diversas cartas do início da década de 60.

Mais importante ainda do que todas estas boas práticas era a orgânica escolar doravante adoptada: a distribuição dos alunos por classes, não arbitrariamente mas de acordo com o seu grau de conhecimentos. O Curso de Artes iniciar-se-ia de 4 em 4 anos, para agrupar sempre alunos com o mesmo grau de aprendizagem. À divisão em três classes, do curso de Humanidades, acrescentava-se ainda a divisão em 2 subclasses cada uma, para que se acomodassem os mestres à capacidade dos discípulos, *lendo a huns e a outros diversos livros e varios exercícios segundo requeria o aproveitamento deles*.

Embora não constem do acto de fundação do Colégio pelo Arcebispo, os dados acima descritos encontram-se numa carta de 1563, em que se lê também que a divisão em classes fora medida adoptada naquele ano, por ordem do P. Provincial, quando o Colégio contava com 500 alunos, (sendo 200 os de ler e escrever)³⁰. Aquela decisão, da qual nada mais se refere, não era, porém, um acto isolado nas mudanças operadas dois anos após o início da actividade escolar no colégio.

²⁹ Carta do P. Diogo Cisneiros ao P. Jerónimo Nadal, de Braga, 23 de Fevereiro de 1562, in Leite S. J. (ed.) 1968b: 314-318.

³⁰ Carta do P. Estêvão Lopes por comissão do P. Inácio de Azevedo ao P. Diogo Lainez, Braga, 21 de Janeiro de 1563 in Leite S. J. (ed.) 1968b: 334-339.

5.3 As instruções do P. Jerónimo Nadal

Em 1562, com efeito, o Provincial, P. Gonçalves Vaz de Melo, visitara os três colégios da província (Coimbra, Braga e Évora) na companhia do P. Cipriano Soares, Prefeito de Estudos de Coimbra, com o intuito de proceder a uma reforma geral das escolas implementando nelas as normas do Real Colégio das Artes³¹.

Este, por sua vez, havia sido recentemente reformado pela visita do P. Nadal, que nele interviera com a autoridade de Comissário do P. Geral tendo em vista a reforma dos estudos de Humanidades, Retórica e Artes. Assim, as instruções do P. Nadal, para os estudos das Humanidades e Retórica, para os estudos das Artes e para o estudo de Aristóteles, são um documento indispensável para o estudo do ensino humanístico no Colégio de São Paulo, na segunda metade do século XVI.

Para os estudos de Humanidades e Retórica, as instruções do P. Jerónimo Nadal recomendavam, em primeiro lugar, a leitura dos autores clássicos, nomeadamente Horácio, Marcial, Catulo, Galo e Tibulo, mandando mesmo imprimir os seus textos³². O teatro latino também estava representado, com obras de Plauto (*Trinummus* e *Aulularia*) e Terêncio (*Adelphoe*).

O Comissário do P. Geral tinha consciência da ousadia de tal prática, isto é, permitir aos estudantes a leitura de textos pagãos “*não limpos*”, como escreve o documento. Por isso aconselhava os Padres a pedirem ao Papa uma autorização especial, ou pelo menos a concessão de indulgências a quem lesse aqueles autores, ou os ouvisse ler de seus mestres, de modo que a Companhia garantisse aos seus discípulos o convívio autêntico com os autores do Lácio. Ao estudo dos autores pagãos, acrescentar-se-iam naturalmente os primeiros autores cristãos, nomeadamente S. Jerónimo, Lactâncio, S. Cipriano, Próspero e S. Leão Magno *para se ir mesclando la lición dellos com las cosas de los gentiles*, à semelhança do que apontavam as mais modernas tendências europeias.

Como se tornou típico do ensino jesuítico, a utilidade social da retórica relegava a poesia para segundo plano (sem a excluir, como vimos) e dava a

³¹ P. Gundisalvus Vaaz Patri Hieronymo Nadal, Lisboa, 25 de Novembro de 1562, in, *Mon. Nadal*, 2: 151. (...) *en el principio de las lecciones deste anno di unna buelta á estos collegios de Braga, Coimbra y Évora, traendo conmigo al P. Cypriano, y trabajando de los conformaremos todos en las costumbres con el de Coimbra.*

³² P. Hieronymis Nadal S. I., *Commissarius Instructiones datae Conimbricæ de Studiis Humanitatis et Rhetorices*, in *Mon. Paed.* 3: 56 ss.

primazia à oratória, principalmente às orações de Cícero. Por isso, a classe de *prima* (Retórica), é objecto de uma recomendação especial: “*se lean los más excelentes autores y libros que uviere de rhetórica y orationes, y ordinariamente no se lea poeta*”.

O documento continua, descrevendo sumariamente o programa específico de cada uma das dez classes de Humanidades que o Colégio das Artes conservou durante alguns anos – o que não podemos com rigor transferir para as cerca de 6 classes existentes no Colégio de Braga. Mas podemos, pelo contrário, saber quais eram as recomendações do P. Nadal sobre o ensino do Grego, que seria feito em três níveis sucessivos: começava por espaço de meia hora de gramática, seguido da leitura de algum livro “fácil”, para terminar com a leitura de *Demóstenes y Homero y Sócrates [sic] y outros autores semeiantes*. Quanto ao ensino do Hebraico parecia não ser ainda obrigatório, pois ficava ao critério do Superior.

Finalmente, outro aspecto que se salienta das instruções do P. Nadal é o apelo à criação de instrumentos auxiliares para o conhecimento dos autores e para o ensino da língua. O P. Nadal recomenda não apenas a edição de textos dos autores clássicos, mas também a composição de compêndios de estudo (em obediência a estas instruções nasceria, aliás, o célebre compêndio de Retórica do P. Cipriano Soares, assim como o ainda mais célebre *Curso conimbricense*, respeitante ao curso de Artes).

Se aos mestres de Braga não se aplicaria a exortação à composição destes compêndios, a todos se aplicaria certamente a recomendação de praticar o *exercício de copia* – um dos processos mais aconselhados para a aquisição de vocabulário, construção frásica, variedade de estilo e exercitação da memória. O P. Nadal recomendava mesmo que se compusesse e imprimisse um livro *De utraque copia, a imitación de Erasmo, con exemplos de buenos autores*.

As instruções determinam ainda a conveniência de frequentes composições literárias, em latim e em grego, disputas entre as diversas classes de humanidades, exibição de orações e poemas, e declamações públicas na igreja – ocasiões para os alunos se exercitarem com maior solenidade.

Relativamente ao Curso de Artes, as instruções são menos descritivas, mas não deixam de intervir na distribuição das matérias de ensino, que contemplam quase exclusivamente Aristóteles: como introdução recomendam-se os *Priores* (ou *Primeiros Analíticos*) *Perihermeneias* (ou *Da Interpretação*) e *Elenchos* (ou *Refutações Sofísticas*), pois dessas obras se serviriam os

estudantes por todo o curso³³. Depois da introdução, as obras fundamentais cujo texto deveria ser comentado eram a *Metafísica*, *De generatione*, *De Anima* e os *Parua Naturalia*, sendo a *Metafísica* a obra mais importante para a Teologia. No entanto, aos estudantes de Artes (assim como aos teólogos) estavam também prescritos estudos de matemática (meia hora por dia) e algum tempo semanal para o estudo de humanidades, latim e grego.

6. O humanismo do Colégio de Braga e o humanismo europeu

Num tempo em que filosofia, ciências e humanidades conservavam o estatuto, aliás digno, de *ancillae theologiae*, encontramos, ainda assim, uma clara constante nos fins que moveram os primeiros humanistas de Braga e os seus mecenas: promover as letras humanas a par das divinas, ou, por outras palavras, promover as letras divinas por meio da aliança com as letras humanas, elevando estas à categoria de estudos superiores; assentar solidamente o edifício da cultura católica com base na cultura pagã dos clássicos.

A tradição humanística do Colégio de São Paulo consistia, desde os tempos de D. Diogo de Sousa, em fomentar os laços entre cultura e religião, ou, como os Jesuítas agora diziam, desenvolver *letras* e virtude, em aliança indissolúvel (nunca em ruptura) entre os dois mundos, em fidelidade ao fenómeno original e complexo que era o Humanismo cristão na Europa, mas também em reacção natural ao fideísmo protestante – que instalara na Europa a primeira crise da relação fé-razão.

Com o início da actividade escolar dos Jesuítas, o Humanismo cristão sofreu um evidente impulsionamento, e o nosso país não foi excepção. A igreja primaz das Espanhas não podia ficar alheia a este movimento intelectual que abalava a consciência intelectual da Europa e renovava os saberes. Os eclesiásticos seus mecenas é que tiveram de enfrentar as adversidades de uma política cultural centralizadora.

Seja como for, o magistério jesuítico em Braga não diminuiu o fervor humanístico, como por vezes ainda se escreve, antes o consolidou, mesmo submetendo o estudo das artes, da filosofia e das ciências ao conhecimento da Teologia, como mais tarde a *Ratio Studiorum* (9.1) veio a estabelecer (Miranda 2009):

³³ P. Hieronymis Nadal S. I., Commissarius Instructiones datae Conimbricae de Studiis Humanitatis et Rhetorices, *Mon. Paed.* 3 : 59-64.

Uma vez que as artes liberais [ou intelectuais], tal como as ciências naturais, predispõem o intelecto para a teologia, estão ao serviço do seu perfeito conhecimento e da sua aplicação prática e contribuem por si só para esse fim, o professor de filosofia deverá tratá-las com toda a diligência, procurando em tudo sinceramente a honra e a glória de Deus, de modo a preparar os seus alunos (especialmente os Nossos) para a teologia e, acima de tudo, a despertar neles o desejo de conhecerem o seu Criador.

No horizonte intelectual que presidia à educação dos Jesuítas, era, pois, impossível confinar o saber dentro dos estreitos limites da moderna divisão das ciências. Com efeito, deste humanismo resultaria um *curriculum* escolar simultaneamente literário, filosófico e científico, cujos saberes eram naturalmente comunicantes e ganhavam maior sentido no seu contexto metafísico e teológico mais global.

Após esta memória histórica, caberá finalmente perguntar: numa Europa que já conheceu a secularização da razão científica, já se deslumbrou com o Iluminismo e vive hoje o dogma da objectividade científica, do relativismo, do multiculturalismo, da razão laica e do laicismo, qual poderá ser o lugar desta visão cristã dos saberes?

A história mostra-nos também que são os actuais estudos humanísticos, ou as Humanidades, ou ainda mais simplesmente as Letras, os herdeiros dos multisseculares *studia humanitatis*, ou *litterae humaniores* ou *artes liberales*, cujos méritos Cícero exaltou quando defendeu, em Roma, o poeta Árquias, e que acabaram por moldar profundamente a formação do homem até à contemporaneidade.

Ao desenvolverem os laços entre religião e cultura, letras divinas e letras humanas, saber sagrado e profano, os humanistas do século XVI distinguiram-se pela síntese deliberada entre a herança clássica e o cristianismo, na construção do seu saber, preservando assim um património cultural, espiritual, científico e artístico de muitos séculos, que passou a configurar indelevelmente a nossa identidade.

A reconstituição da história do Colégio de São Paulo nas suas origens mostra como a tradição humanística daquela escola – que é afinal o espelho do fenómeno humanista cristão europeu – resulta de duas das vertentes originais do Ocidente cultural: uma de matriz greco-romana e outra judaico-cristã. Se a primeira está, hoje em dia, fora de moda, nos lugares do poder e do saber, a segunda tornou-se politicamente inconveniente em espaços

públicos – em nome de uma *laicidade* que se confundiu com o *laicismo* e que excluiu a religião dos vários âmbitos da sociedade (da cultura, da ciência e da investigação) para a confinar ao âmbito privado.

Enquanto os humanistas cristãos pretendiam fazer a síntese do saber sagrado com o saber profano, hoje fala-se antes em *ciência laica, cultura e saber laicos, pensamento laico, moral laica, política laica, ...* como se fé e razão fossem duas vias oponentes (e não cooperantes) da busca da verdade. A *laicidade* assim entendida, mas que deveria chamar-se antes *laicismo*, tornou-se quase o emblema da pós-modernidade e das modernas democracias, afirma o Papa Bento XVI³⁴.

O resultado é então apregoar precisamente um Humanismo a-religioso, em nome de uma educação, de um pensamento e de uma ciência e cultura *laicas*, sem ver que esse humanismo atenta contra o próprio património espiritual europeu.

O erro está em acreditar que só existem duas alternativas possíveis: ou laicismo ou fundamentalismo. As alternativas não são duas mas três: entre os erros do fundamentalismo (em que a fé se afirma contra a razão) e os erros do laicismo (em que cultura e razão excluem a fé) continua aberto o caminho da autêntica *laicidade*, em que nem a fé nega a razão, nem a razão exclui a fé. Ambas coexistem, distintas mas não opostas, numa existência que pressupõe não a sua mútua exclusão e o seu inevitável conflito mas a sua mútua cooperação (Introvigne 2008:65). O laicismo não é a voz única da racionalidade, e pretendendo-se como tal não pode realmente corresponder à desejada neutralidade do saber, pois ostraciza todas as outras formas de busca da verdade e cria novas formas de intolerância.

No Colégio de São Paulo, como no Colégio das Artes de Coimbra, nos numerosos Colégios da Companhia de Jesus e na tradição humanística europeia, a razão não excluiu a fé, as letras humanas não foram rivais das

³⁴ Bento XVI, *Discurso aos participantes no 56º Congresso Nacional da Unione Giuristi Cattolici Italiani* (9.12.06), publicado em www.tinyurl.com/28mquo, acedido em 30.11.09. Na sua encíclica *Fides et Ratio* de 1998, J. Paulo II representa Fé e Razão como as duas asas com as quais o espírito humano se ergue em direcção à contemplação da Verdade. Efectivamente, a ave não voa sem as duas asas em equilíbrio entre si. São realmente dois caminhos distintos, fé e razão, como se distinguem política e religião, cultura e religião, Estado e Igreja. Confundi-los seria, por exemplo, afirmar a fé contra a razão e cometer o erro do fundamentalismo. Do mesmo modo que, quando a razão pretender afirmar-se contra a fé, e a cultura contra a religião, cometeremos o erro do laicismo. Na verdade, o facto de fé e razão se distinguirem não quer dizer que vivam em conflito.

letras divinas, a ciência não se viu ameaçada pela religião, nem a cultura se viu forçada a privatizar a religião. Na verdade, a tradição humanística portuguesa e europeia é secular mas não poderá ser secularizada, laica mas não laicista, pois instalaria novas formas de intolerância e atentaria contra a liberdade da sua identidade original.

Bibliografia

- ALDEN, Dauril (1966), *The Making of an Enterprise. The Society of Jesus in Portugal, Its Empire, and Beyond 1540-1750*. Stanford: Stanford University Press.
- BENTO XVI (2006), Discurso aos participantes no 56º Congresso Nacional da Unione Giuristi Cattolici Italiani “La laicità e le laicità” (9.12.06), publicado em www.tinyurl.com/28mquo, acedido em 30.11.09.
- BRANDÃO, Mário (1948), *A Inquisição e os Professores do Colégio das Artes* vol. 1. Universidade de Coimbra.
- CEREJEIRA, M. Gonçalves (1949), *O Renascimento em Portugal. Clenardo e a sociedade portuguesa do seu tempo*. 3ª ed. actualizada, Coimbra Editora.
- CODINA MIR S. J., Gabriel (1968), *Aux Sources de la Pédagogie des Jésuites. Le «Modus Parisiensis»*. Roma: Institutum Historicum S. J.
- COSTA, Avelino de Jesus da (1993), “D. Diogo de Sousa, novo fundador de Braga e grande mecenas da Cultura” in *Homenagem à Arquidiocese Primaz nos 900 anos da Dedicção da Catedral*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, pp. 17-24 e anexo documental.
- COUTINHO J., coord. (2006), *D. Diogo de Sousa e o seu tempo. Simpósio no V Centenário do início da sua missão como Arcebispo de Braga (1505-1532)*. BRAGA: Câmara Municipal e Faculdade de Teologia.
- DIAS, J. S. da Silva (1969), *A Política cultural da época de D. João III*, vol. 1, Universidade de Coimbra.
- DIAS, J. S. da Silva (1972), “Braga e a Cultura Portuguesa do seu tempo”. *Philosophica Conimbricensia. Revista de Filosofia e Cultura Portuguesa* 1 (1972) 1-98.
- FERREIRA, José Augusto (1938), *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*, vol III, Famalicão: Edição da Mitra Bracarense.
- INTROVIGNE, Massimo (2008), *Il segreto dell’Europa. Guida alla riscoperta delle radici cristiane*. Milão: Sugarco Edizioni.
- Lain. Mon.* = Monumenta Historica Societatis Iesu (1915), *Lainii Monumenta*, 4, Madrid: Institutum Historicum Societatis Iesu.

- LEITE S. J., Serafim (1968a), “O B. Inácio de Azevedo organizador e primeiro reitor do Colégio de Braga (1560-1565)”, *Brotéria* 86, 236-247.
- LEITE S. J., Serafim ed. (1968b), *Monumenta Brasiliae V sive Complementa Azevediana* I. Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu.
- MATTEI, Roberto de (2006), *De Europa. Tra radici cristiane e sogni postmoderni*. Florença: Casa Editrice Le Lettere, 65-78.
- MIRANDA, Margarida (2009), *Código Pedagógico dos Jesuítas. Ratio Studiorum da Companhia de Jesus: regime escolar e curriculum de estudos*. Lisboa: Esfera do Caos.
- Mon. Nadal* = Monumenta Historica Societatis Iesu (1899), *Hieronymi Nadal*, 2, Madrid: Institutum Historicum Societatis Iesu.
- Mon. Paed.* = Lukács S. J., Ladislaus ed. (1974), *Monumenta Paedagogica Societatis Iesu*, vol. 3, Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu.
- RAMALHO, Américo Costa (1997), “D. Diogo de Sousa e o introdutor do Humanismo em Portugal”, in *Estudos sobre a época do Renascimento*, Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica, pp. 83-116.
- RODRIGUES S. J., Francisco (1938a), *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*. Tomo Segundo, Volume I. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa.
- RODRIGUES S. J., Francisco (1938b), *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*. Tomo Segundo, Volume II. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa.
- TORRES, Amadeu (1998), “D. Frei Bartolomeu dos Mártires: a cultura e o ensino na Europa do seu tempo”, in *Ao reencontro de Clío e de Polímnia*, Braga: Faculdade de Filosofia, 181-194.
- TORRES, Amadeu (2006), “D. Diogo de Sousa no contexto cultural do Renascimento”, *Humanitas* 58 (2006) 291-301.

